Ministério da Educação e Cultura:**Decreto n.º 568/74:**

Cria uma comissão provisória para resolver todos os problemas relacionados com o reconhecimento de habilitações nacionais ou estrangeiras, bem como a determinação de planos de estudo.

Decreto n.º 569/74:

Extingue um lugar de professor catedrático do 5.º grupo e cria outro do 6.º grupo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Decreto-Lei n.º 570/74:

Cria as Escolas do Magistério Primário de Chaves e do Fundão.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 233, de 7 de Outubro de 1974, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros:**Despacho do Conselho de Ministros:**

Determina várias medidas destinadas a assegurar a austeridade nos gastos não reprodutivos por parte da administração pública.

Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas:**Portaria n.º 647/74:**

Revoga, a partir das 0 horas do dia 7 de Outubro de 1974, a Portaria n.º 541/74, de 29 de Agosto.

Ministério das Finanças:**Despacho:**

Torna dependente de autorização prévia do Banco de Portugal a celebração de determinados contratos de que resultem operações de invisíveis correntes.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Secretaria-Geral**

Declara-se, para os devidos efeitos, que o Decreto n.º 594/74, inserto no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 247, de 23 do corrente, contém, além das assinaturas do Primeiro-Ministro e dos Ministros da Administração Interna, do Equipamento Social e do Ambiente e da Educação e Cultura, também as assinaturas do Secretário de Estado do Orçamento, *António de Seixas da Costa Leal*, e do Ministro da Economia, *Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar*, e não como, por lapso, se publicou.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 24 de Outubro de 1974. — O Secretário-Geral, *Diogo de Paiva Brandão*.

CONSELHO DOS CHEFES DOS ESTADOS-MAIORES DAS FORÇAS ARMADAS**Estado-Maior da Armada****Portaria n.º 708/74**

de 31 de Outubro

Manda o Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, pelo vice-almirante Chefe do

Estado-Maior da Armada, acrescentar uma alínea f) às lotações completa e normal das lanchas de desembarque grandes aprovadas pela Portaria n.º 22 243, de 12 de Outubro de 1966, com a seguinte redacção:

f) Dois elementos da guarnição, quando necessário, poderão desempenhar as funções que competem ao pessoal TFD.

Estado-Maior da Armada, 27 de Setembro de 1974. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *José Baptista Pinheiro de Azevedo*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**Decreto-Lei n.º 554/74**

de 31 de Outubro

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1, 3.º, do artigo 16.º da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o Governo Provisório decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. É criado o lugar de adido de defesa nacional junto da Embaixada de Portugal em Washington.

2. O cargo a que se refere o número anterior será desempenhado, cumulativamente, pelo adido, junto da mesma Embaixada, de hierarquia militar superior.

Art. 2.º O adido de defesa nacional representa e serve o Estado-Maior-General das Forças Armadas, sem prejuízo da competência directiva atribuída por lei ao chefe da missão diplomática.

Art. 3.º Ao adido da defesa nacional aplica-se, com as necessárias adaptações, a legislação relativa a missões militares.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Vasco dos Santos Gonçalves* — *José da Silva Lopes* — *Mário Soares*.

Promulgado em 21 de Outubro de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO INTERTERRITORIAL**Inspecção Superior das Alfândegas****Decreto n.º 555/74**

de 31 de Outubro

Mostrando-se conveniente tornar livres de direitos aduaneiros os produtos destinados a combater a máteria, classificados pelo artigo 29.35.08, das pautas mínimas de importação vigentes nas províncias ultramarinas;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1, 4.º, do artigo 16.º da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de